

Artigo publicado in:
Leo Marx e Bruce Mazlish (Org.), *Progress, Fact or Illusion?*,
trad. port. *Progresso: realidade ilusão?*, Lisboa, Bizâncio, 2001: 135-150

A VISÃO ECONÓMICA DO PROGRESSO

Robert Heilbroner

HAVERÁ PROGRESSO NA VISÃO ECONÓMICA DAS COISAS?

A resposta depende evidentemente, daquilo que é, para nós, «progresso». Contudo não nos livramos do problema tão facilmente, pois a resposta depende também do que entendemos por, «economia». A segunda questão acrescenta uma complexidade inesperada à primeira, pois aquilo a que chamamos progresso ganha aspectos radicalmente diferentes consoante aquilo a que chamamos economia.

Todos apreendem intuitivamente tanto os aspectos esclarecedores como os perturbadores da análise da primeira resposta; ou seja, o significado económico de «progresso».. O aspecto esclarecedor é que o progresso, no âmbito da visão económica, costuma ser encarado como representando um aumento da capacidade de prover ao bem-estar material da humanidade: e um processo pelo qual as sociedades pobres se tomam mais ricas. Esta visão é, à primeira vista, indiscutivelmente razoável, se bem que surja uma dificuldade quando consideramos as questões que inevitavelmente emergem de tal abordagem: poderemos medir, ou mesmo definir, o «bem-estar material»? O antropólogo Marshall Sahlins mostrou que é possível considerar as economias primitivas como sociedades «ricas»¹. Muitos autores chamaram a atenção para o facto de ser possível detectar empobrecimento espiritual, para não falar de bolsas de pobreza material, nas mais ricas sociedades industriais. Os moralistas dizem-nos que nem só de pão vive o homem. Tais complexidades são reais e devem ser encaradas por qualquer pessoa que tente avaliar os anais do progresso material. Menciono-as agora apenas porque, apesar dos problemas que se lhes associam, a melhoria das condições materiais continua a ser uma preocupação constante para quem aborda a ideia de progresso em qualquer perspectiva, especialmente na económica.

Estamos agora livres para examinarmos a relação desta sensata e inelutável ideia de progresso com a nossa concepção de economia. É aqui que os

esclarecimentos se reduzem e as perturbações se multiplicam, pois a disciplina da economia é hoje interpretada de muitas formas diferentes, cada uma das quais constitui uma receita para as lentes através das quais vemos o mundo. Além disso, cada uma dessas interpretações conduz a uma diferente concepção de progresso. Esta dificuldade tem algumas correspondências noutras disciplinas; há mais do que uma concepção daquilo que consideramos «história», ou «religião», ou mesmo «ciência», e cada concepção afecta de modo semelhante a ideia de progresso tal como emerge do ponto de vista da disciplina². Porém no caso da economia, a polaridade de visões é tão pronunciada e as perspectivas divergem tão extraordinariamente que a definição do carácter da disciplina assume uma importância desmedida. Assim sendo, é por aqui que começarei.

Encontramos imediatamente a dificuldade, que já mencionei, de a economia contemporânea ter muitas formas. A esta dificuldade aplicarei uma solução procustiana. Ignorarei todas as suas variantes, à excepção de duas.

A primeira será a perspectiva corrente e dominante, chamada economia neoclássica. O termo *neoclássico* foi originalmente popularizado por Paul Samuelson, que o utilizou para descrever um compromisso construtivo entre a abordagem «micro-económica» (ou centrada no indivíduo) da economia, que recebeu o seu estatuto doutrinário do grande economista vitoriano Alfred Marshall, e a muito diferente abordagem «macro-económica» (ou agregativa), que foi a igualmente influente contribuição de John Maynard Keynes nos anos 30 deste século infelizmente incompatível, em muitos pontos, com a de Marshall.

O termo *neoclássico* perdeu desde então esse sabor a economia como um estudo muito pragmático e mundano. E agora usado em referência a uma concepção da economia como um sistema extremamente formal que descreve o resultado, em termos de preços e de quantidade de bens e serviços, da interacção de «agentes» individuais (firmas e indivíduos), cada um deles concebido como um conjunto de preferências e capacidades fixas e motivado por um desejo de maximizar os bens essenciais através de um comportamento «racional» (relacionando meios e fins). Todo o resto a estrutura social e tecnológica, a organização institucional, o ambiente histórico — é, como dizem, «dado»³.

É evidente que a concepção de progresso que emerge de uma visão tão radicalmente formalista da economia irá diferir da do mais antigo e «mundano» neoclassicismo ou das predecessoras, igualmente pragmáticas, as teorias económicas

de Marshall e Keynes, questão que a seu tempo consideraremos. Porém acho que poderíamos já antecipar alguns dos aspectos do novo neoclassicismo que terão relevância para a ideia de progresso, tanto no campo da economia como fora dele, no mundo a que presumivelmente se aplica. O primeiro desses aspectos deverá ser evidente, O núcleo axiomático dá uma base de tipo legal à acção - uma «Teoria das escolhas» derivada da maximização racional dos bens essenciais - que nos permite discernir as semelhanças entre a estrutura profunda da economia e a da ciência natural⁴. De forma não dispicienda, esta faceta ligada à ciência permitiu ao neoclassicismo o elogio de ser imitado por outras disciplinas, que invejavam o seu estilo axiomático de exposição e copiaram a sua tendência para relações funcionais. Ainda mais significativamente, a economia neoclássica adquiriu uma posição de força no âmbito da investigação social pois a economia assim formulada adquire um alcance universal. Quanto à última questão, citarei o distinto economista Jack Hirshleifer:

Em última análise, é impossível delimitar um território específico da economia, com fronteiras junto das outras disciplinas sociais, mas delas separada. A economia intercepta-as todas, e é por sua vez interceptada por elas. *Só há uma ciência social*. O que confere à economia o seu poder invasor e imperialista é o facto de as nossas categorias analíticas — escassez, custo, preferências, oportunidades, etc. — serem verdadeiramente universais na sua aplicação (...) Assim, a economia é, na verdade, a gramática universal da ciência social⁵.

Segundo a formulação de Hirshleifer, a aplicabilidade universal da economia junta-se aos imperativos da «sociobiologia», criando um «padrão-mestre» da teoria social. Nas palavras do autor, «certos princípios fundamentais, como escassez ou o custo de oportunidade, bem como os processos bioeconómicos universais de competição e selecção, serão sempre válidos para analisar e prever o curso do comportamento humano e da organização social.» Como veremos, a premissa conceptual desta declaração de Hirshleifer não me convence plenamente, mas não se pode negar o êxito da sua sedução «imperialista»; por exemplo, Gary Becker, Prémio Nobel de Economia em 1992, escreveu em *The Economic Approach to Human Behavior*: «Cheguei à seguinte posição: a abordagem económica é abrangente e aplicável a todo o comportamento humano.»⁶

Há mais um aspecto da economia neoclássica que merece menção. Segundo os critérios metodológicos propostos pelo falecido Imre Lakatos, muito usados pelas ciências sociais, a economia neoclássica é um programa de investigação científica

extremamente «progressivo».⁷ O carácter progressivo fica estabelecido porque o núcleo duro de «Teoria das escolhas» esclarece problemas que se tinham mostrado impenetráveis noutras perspectivas. Sob o exame radiográfico desta abordagem, tanto o casamento e o divórcio como as relações pais-filhos, as decisões governamentais, o acto eleitoral, os desportos, os hábitos forrageiros e as alterações, de *habitat* e de ocupação ao longo da Idade da Pedra, revelam todos agentes individuais que maximizam racionalmente os bens essenciais exactamente como o fazem no mercado e nos locais de produção, os pontos convencionais da análise económica. Um exemplo primitivo — e ainda espantoso — desta capacidade esclarecedora é a aplicação sistemática da ideia de utilidade ao fenómeno do preço, uma relação que havia em grande medida escapado à clarificação económica até à sua formulação pelos fundadores pré-marshallianos do «marginalismo» — análise centrada na escolha individual — William Stanley Jevons, Francis Edgeworth, Leon Walras e outros dos anos 70 do século **XIX**.

A descoberta — de forma talvez mais exacta, o reconhecimento — de uma disposição mental profundamente enraizada numa vasta gama de comportamentos atribuiu realmente à economia alguma da universalidade de que fala Hirshleifer. Este notável aumento de alcance tem de ser acompanhado, no entanto, de um reconhecimento das suas limitações. A generalização da economia como uma ciência universal requer um nível de abstracção que apresenta graves problemas para o seu uso operacional, na medida em que os termos-chave *racional*, *bens essenciais*, e *maximizar* levantam grandes obstáculos se aplicados ao mundo real. De facto, a estrutura analítica toma-se numa tautologia útil, como todas as tautologias, para dar uma orientação à análise, mas sem aplicação no trabalho empírico. Além disso, a base formal da análise neoclássica torna extremamente difícil testar as instáveis e ambíguas situações dos contactos económicos na vida real. A análise neoclássica parte de «agentes» iniciais, tipicamente um grupo de compradores e vendedores, cujas preferências e capacidades presumivelmente invariáveis nos permitem determinar por dedução lógica qual o preço que atingirá esse mercado. Tal exercício não pode representar os preços em constante alteração que vão surgindo à medida que os compradores e vendedores interagem em mercados autênticos; acima de tudo há que considerar os efeitos profundamente destabilizadores das expectativas em constante mutação.

Assim, em oposição à assombrosa elucidação do papel da maximização de bens

essenciais na determinação do preço deverá ser colocada a igualmente assombrosa necessidade sentida por Leon Walras, o pai desta análise, de recorrer à descrição do mercado como uma série de hesitantes lances e ofertas suscitados por um «leiloeiro» que vai testando diversos preços até que os comerciantes cheguem por fim ao que equilibra a oferta e a procura. Donde, do ponto de vista da avaliação do progresso na disciplina da economia, o notável aumento da aplicabilidade dos postulados fundamentais da análise neoclássica é contrabalançado pelo facto desconcertante de os ganhos provenientes deste «progresso» serem esquivos, talvez mesmo inexistentes⁸.

O leitor lembrar-se-á, no entanto, de que existe uma segunda variante da economia. Será por isso agora necessário que execute a minha já anunciada tarefa procustiana de reduzir uma vasta variedade de formulações não neoclássicas descritas de várias formas como economias keynesianas, institucionais e (apesar de tudo o que sofreram recentemente) marxistas a uma única visão «alternativa». Felizmente, tal não é tão controverso ou arbitrário quanto poderá parecer, pois todas estas formas alternativas partilham certas características que dão sentido a semelhante amálgama.

Destas características, de longe a mais importante é a relevância dada pela economia não neoclássica à historicidade do objecto de pesquisa. Este novo foco surge porque todas as suas formulações reconhecem a existência e a importância dominante de um elemento omitido pela análise neoclássica nomeadamente, a presença regente dos princípios sociais do capitalismo como força orientadora do próprio sistema de ideias da economia⁹. Assim, contrastando da forma mais pronunciada possível com a economia neoclássica, a qual começa logo por assumir princípios universalistas, a economia não neoclássica parte de uma concepção da economia como algo inseparável da ordem social específica no âmbito da qual surge e a cujo movimento se aplica.

A economia, segundo este ponto de vista, baseia-se em generalizações «sociológicas» em detrimento dos atributos intemporais de uma «Teoria das escolhas». Isto elimina muitas das dificuldades associadas às rígidas premissas do neoclassicismo, mas priva também os não neoclássicos do fundamento quase com força de lei que é um dos mais fortes encantos da abordagem neoclássica. A economia heterodoxa deverá assim contentar-se com formulações algo indeterminadas como «racionalidade limitada», «satisfação» ou «incerteza» (contrastando com «risco») em

vez dos vectores que delineiam a maximização racional de bens essenciais. Não surpreende que, o seu foco central seja apontado a problemas de mudança de configuração, e não de constância de motivação. Tudo isto dá à economia não neoclássica um nível de abstracção nitidamente mais baixo e uma menor (embora não completamente ausente) importância á pureza metodológica. Pouca ou nenhuma importância é dada a uma abordagem lakatosiana, muito menos ainda ao positivismo mais antigo proposto por Karl Popper, e recorre-se de forma algo hesitante a abordagens «relativistas», «holísticas» ou «hermenêuticas».¹⁰

Devemos ainda examinar um último problema antes de abordarmos o tema central do progresso no mundo real do ponto de vista económico. A questão de como o progresso é, a princípio, definido no contexto dos dois principais ramos da própria economia. Já vimos que a economia neoclássica o concebe como a aplicação do seu núcleo duro teórico a uma gama de problemáticas em constante alargamento. A economia não neoclássica tem mais dificuldades. Como não possui uma unidade consensual, a própria ideia de progresso linear ou cumulativo no âmbito da disciplina não chega sequer, em grande parte, a ser considerada. Em seu lugar observamos uma rivalidade competitiva entre várias formas de construção e análise de aspectos do mundo real que parecem escapar à trama neoclássica. O exemplo mais notável é a introdução, no final dos anos 30, de um novo enquadramento Keynesiano, explicativo e de prognóstico que fornecia um modo diverso de conceptualizar o funcionamento da economia, juntamente com as relações funcionais, que até então tinham passado despercebidas, entre o nível de despesas de investimento e a determinação do rendimento global nacional.

Na altura da sua entrada em cena, a economia keynesiana constituiu um notável exemplo de «progresso» no âmbito da disciplina, na medida em que revelou aspectos do desempenho económico, particularmente quanto ao rumo do rendimento nacional, que até então tinham sido ignorados ou simplesmente não reconhecidos. O declínio do modelo de Keynes no pós-guerra — ou, antes, o decréscimo da confiança na solidez das suas fundações «behavioristas» e da sua aplicabilidade ao meio alterado do mundo do pós-guerra — mostrou a vulnerabilidade de uma ideia de progresso que dependia dos atributos institucionais do sistema, vulnerabilidade que pode evitar-se com uma abordagem cujos postulados iniciais são considerados imutáveis. Tal não significa que o «progresso» seja impossível para a escola não neoclássica, mas antes que seja muito mais *ad hoc*, efémero e incerto. E assim é

porque o objectivo da investigação não neoclássica é justamente explicar as tendências ou mudanças de configuração como aspectos de uma ordem social específica, e não como exemplos de uma problemática económica geral. Tal como os dados dessa ordem se alteram assim se altera também a capacidade de esclarecimento conceptual. Estou a pensar na análise de «exterioridades» (consequências involuntárias da actividade económica), ecologia, trabalho imperfeito e outros mercados, subdesenvolvimento, estratégia empresarial, instabilidade financeira, política industrial, ou na globalização de mercados como exemplos das investigações não neoclássicas, cujo carácter «progressivo» está patente no seu esforço por compreender os seus objectos de pesquisa como defeitos de uma ordem socioeconómica específica — o capitalismo moderno — mas cuja durabilidade e poder conceptuais são inevitavelmente enfraquecidos por esta mesma historicidade de intenção.

Estamos ainda longe de esgotar as diferenças entre a economia neoclássica e a não neoclássica, mas temos o suficiente para estabelecer a base da nossa principal tarefa: delinear a ideia de progresso no mundo real a partir dos pontos de vista da economia. Espero que agora seja clara a razão por que tivemos de fazer este longo desvio antes de chegarmos à questão. A partir daqui, o leitor estará preparado para duas apreciações e, prescrições, muito diferentes para o, progresso, dependendo de qual dos dois pontos de vista expressa.

O que tem a dizer a teoria neoclássica sobre a ideia de progresso no mundo? Enquanto o avanço material continuar a ser o requisito central para tal progresso, a nossa análise restringe-se ao contributo da economia neoclássica para a compreensão ou promoção do crescimento económico. Esse contributo é tão claro como a concepção de progresso para a disciplina. E a demonstração teórica de que um regime de mercados competitivos é o mecanismo social mais eficaz até agora desenvolvido para a plena realização da eficiência económica, juntamente com a sua muito próxima demonstração teórica de que a eficiência na distribuição de recursos é a directiva geral a seguir para atingir o Reino da Prosperidade. De forma geral, esta prescrição receberia o assentimento da maior parte dos economistas neoclássicos dos nossos dias. Assim sendo, é o principal contributo da Economia geral para o progresso do Mundo Real.

Mais uma vez, no entanto, enfrentamos o problema de um fosso entre o

esclarecimento teórico e a aplicação prática. Desde o seu desenvolvimento, nos anos 70 do século XIX, que a economia neoclássica se tem centrado essencialmente no aspecto de atribuição funcional, e não no acumulativo, dos processos económicos reais. Contudo, desde que o próprio crescimento tem sido exaustivamente analisado, a sua principal força motriz é identificada como o processo de acumulação, impellido principalmente pela mudança tecnológica, «a alavanca das riquezas».¹¹ Temos, assim, o facto anómalo de que, ao dar mais importância à distribuição do que à acumulação, a economia neoclássica ignora um aspecto do mundo real que parece crucial para o progresso, concentrando-se em aspectos que parecem ser de importância secundária. Por exemplo, o famoso modelo neoclássico de crescimento económico, desenvolvido por Robert Solow, submerge o avanço tecnológico não como uma variante independente essencial, mas sim como um entre muitos elementos que afectam a produtividade relativa do trabalho e do capital.

A perspectiva não neoclássica acomoda-se com mais naturalidade à ideia do melhoramento material e aos problemas associados. Tal deve-se à orientação institucional e ao enquadramento histórico específicos do trabalho não neoclássico, sobre os quais já nos debruçámos. Pode observar-se aqui uma afinidade com a ideia de crescimento económico em duas correntes próximas, se bem que distintas. A primeira diz respeito à dinâmica de acumulação do capital, em especial nas nações capitalistas onde a abordagem não neoclássica se baseia essencialmente nos trabalhos de Smith, Ricardo, Marx e, até certo ponto, de Mill, acrescentando às suas projecções de larga escala os contributos dos que mais recentemente seguiram a tradição clássica: Gunnar Myrdal, Nicholas Kaldor, Michal Kalecki, Piero Sraffa, e outros, incluindo o próprio Keynes. O que distingue estas análises não neoclássicas dos seus antepassados clássicos, bem como dos seus oponentes neoclássicos, é a maior ênfase dada à dinâmica do crescimento instável ou falhado contrariamente ao que encontramos nos autores clássicos — com a excepção única de Marx.. Se os movimentos equilibradores constituem na óptica neoclássica a tendência inerente ao capitalismo, a visão não neoclássica insiste nas mudanças desequilibradoras espontaneamente geradas.

O segundo aspecto distinto da análise neoclássica resulta do primeiro. Consiste no diferente significado atribuído à intervenção estatal para se alcançar o bem-estar material. A análise neoclássica procura geralmente minimizar a intervenção estatal nos processos espontâneos do sistema, na medida em que a primazia que dá às forças

em equilíbrio mútuo reduz a necessidade de medidas de intervenção, bem como a confiança na sua utilidade. Em forte contraste, a abordagem não neoclássica apresenta a política do Estado como o único método capaz de prevenir o que considera as carências endémicas do processo acumulativo.¹²

Não conheço nenhuma forma «objectiva» de optar por uma destas perspectivas gerais. Existem longas tradições de optimismo económico, para as quais uma fé no curso vivaz de um mercado que se conduz a si próprio parece ser suficiente, e de pessimismo económico, com as suas previsões de crise, estagnação, ou outros tipos de disfunção. As obras de Adam Smith e Karl Marx são frequentemente tomadas como expressões destas perspectivas divergentes, e existe extensa bibliografia sobre a força dos argumentos e os erros de uma e outra. Tudo quanto pode arriscar-se nesta questão transcendente será talvez que a história do capitalismo parece corroborar vagamente ambas as perspectivas. Há muitas provas de que a ordem social é instável e cheia de contradições, quanto mais não seja devido à sua dependência de uma tecnologia imprevisível e em transformação num cenário de relações de classe antagónicas. No entanto, esta instabilidade ainda não debilitou fatalmente a vitalidade histórica da ordem capitalista não obstante (ou se calhar por isso mesmo) as crescentes tentativas de usar medidas públicas para assegurar níveis de desempenho económico socialmente aceitáveis.

No que respeita às nossas próprias expectativas, tanto a visão neoclássica como a não neoclássica apoiam consequentemente a probabilidade de um crescimento suficiente para que se mantenham, caso não melhorem, as condições materiais dos «centros» capitalistas durante o agitado período de ajustamento tecnológico e de internacionalização que atravessamos. Um olhar a mais longo prazo conduz a expectativas menos optimistas, pois alarga a perspectiva de forma a abranger tendências ecológicas e políticas que normalmente não são consideradas na investigação económica. Acrescente-se que, no passado, o pensamento não neoclássico mostrou-se esperançoso em relação às expectativas de progresso económico não capitalista, considerando as possibilidades do planeamento centralizado ou descentralizado —como capazes de originar igualmente um crescimento económico continuado.

Desde o colapso das economias da Europa de Leste e da União Soviética, que esta abordagem bem pouco crítica tem dado lugar a uma apreciação muito mais prudente. Ironicamente, o legado mais importante do «socialismo» (à maneira

soviética) terá sido talvez o reforço de um profundo cepticismo em relação á exequibilidade dos sistemas económicos não capitalistas em geral. As expectativas do sistema capitalista são, por consequência, engrandecidas pela eliminação, pelo menos no futuro imediato, de uma forma alternativa de organização sócioeconómica. A parte os prognósticos mais risonhos, receio que pouco possam os economistas arriscar quanto às perspectivas de progresso material para as poucas gerações que constituem o nosso futuro imaginável.¹³

Resta a questão do progresso interpretado não apenas como uma melhoria do bem-estar humano mas também nos seus aspectos culturais, e até espirituais. Em extremo, esta busca de um drama sócioeconómico redentor encontrou a sua expressão na visão marxista de uma longa progressão ascendente desde o comunismo primitivo, passando pelo feudalismo e chegando ao período histórico capitalista, a antepenúltima etapa da «história». a que se seguiria o socialismo, e depois o comunismo pleno. Pouco menos audaciosa é a visão de Adam Smith do mesmo processo. A sua concepção também se prende à acumulação de capital, que, tal como na abordagem marxista, é a condição necessária para uma sequência de etapas sociais, desde os «rudes» primórdios até ao que Smith chama sociedade mercantil. A partir daí, no entanto, uma diferença crucial separa os dois prognósticos. A sequência de Smith não sobe ininterruptamente em direcção a uma qualquer sociedade pós-mercantil, alcançando em vez disso um período de máxima riqueza possível sob o «capitalismo» (um termo nunca usado por Smith), ao qual se seguiria uma descida para a miséria social.¹⁴

Suspeito que nenhum destes cenários possa continuar a ser levado a sério. A visão marxista é cada vez mais ridicularizada como uma utopia, e o prognóstico de Smith assenta numa total ausência de reconhecimento das alterações tecnológicas. De forma muito semelhante, é hoje fácil encontrar falhas a nível analítico e sociológico nos prognósticos económicos e sociais a longo prazo de outros economistas. Já ninguém partilha com Ricardo as expectativas de um fim iminente da expansão económica, causado pelo esgotamento da fertilidade das terras. Também não se ouvem ecos da versão do mesmo destino segundo Mill. moderada por uma crença em que, uma vez alcançado um estado estacionário, este tomar-se-ia numa plataforma mobilizadora para um associativismo socialista. A crença meio caprichosa e meio séria de Keynes, para quem o capitalismo veria os seus mercados saturados ainda em

vida dos netos (que nunca teve) é agora vista como uma simples fantasia. O drama da «destruição criativa» de Schumpeter, em que o capitalismo avança impelido por uma série de explosões tecnologicamente alimentadas, continua a ser mais uma esperança do que uma expectativa firme. e a sua crença de que até um capitalismo «bem sucedido» optaria por tomar-se num socialismo administrativo é considerada apenas mais uma adopção ingénuo da Economia de Planeamento central.¹⁵

Especulações arrojadas a respeito do progresso económico não são, assim, muito apreciadas nos dias de hoje. Pouco se considera o progresso como processo de evolução social, não apenas de expansão económica. Suspeito, no entanto, de que não cessaram ainda as grandiosas abordagens «marxistas» ou «smithianas» do problema. Pelo menos do ponto de vista do progresso, o contributo mais durável desses dois grandes filósofos não foi no sentido de prever a trajectória da evolução humana. Apontou sim, a partir de perspectivas diferentes mas que se apoiam mutuamente, a insuficiência essencial da mera acumulação como medida de melhoria social. Este tema é fortemente enfatizado por Marx na sua descrição 'da acumulação como um processo muito contraditório que começa por servir de fonte de bem-estar para a classe capitalista e de causa de alienação e «empobrecimento» para a classe trabalhadora. Só na etapa socialista é possível falar de «progresso» sem reconhecer os seus significados ambíguos e irónicos e o próprio socialismo, como podemos entrever em *The German Ideology*, é celebrado não como uma sociedade de abundância material mas como uma sociedade em que seremos livres de «caçar pela manhã, pescar à tarde (...), criticar após o jantar (...), sem nunca nos tornarmos caçadores, pescadores (...)ou críticos».¹⁶

Também Smith encara a acumulação de riqueza de uma forma ambivalente. É um bem na medida em que os seus encantos «comuns» conduzem uma humanidade ignorante por um caminho que leva aos confortos materiais, como à liberdade e virtude. É algo de suspeito caso a procura de riqueza se torne num fim em si ou num instrumento para o aviltamento da classe trabalhadora: «Um homem que dedica toda a vida á execução de algumas operações simples (...) não tem ocasião de exercer a sua inteligência (...) Perde naturalmente, em consequência, o hábito de assim se esforçar, tornando-se em geral tão ignorante e estúpido quanto é possível a uma criatura humana tomar-se (...)».¹⁷

Deste modo, no parecer destes dois filósofos, presumivelmente tão antagónicos quanto possível, a acumulação de riqueza é uma condição necessária mas

não suficiente para atingir o progresso — necessária porque a acumulação de riqueza material ainda é necessária se a humanidade quiser escapar às misérias da África e da América Latina que vemos na televisão ou encontramos ao vivo no caminho para o trabalho; insuficiente não só porque a dinâmica da acumulação distorce as relações humanas, mas também porque a posse facilmente gera deformações no carácter humano. Creio que tais considerações irão impor-se cada vez com mais premência à medida que o capitalismo avança para um futuro prenhe de problemas de aprovisionamento material, bem como de justiça social e política. Quanto à organização socioeconómica que poderá então tomar-se no veículo do progresso, não posso pretender conhecê-la: apenas posso sugerir que será a Smith e Marx como moralistas, e não como economistas, que deveremos pedir conselho.

¹ Marshall Sahlins, *Stone Age Economics* (Nova Lorque: Aldine, 1972).

² Como demonstrou brilhantemente Paul Feyerabend, até a Astronomia, a mais «objectiva» das investigações, pode ser concebida de formas radicalmente diferentes, incluindo a da astrologia. V. *Against Method* (Londres: Verso, 1975), pp. 100n. e 208n.

³ Ver as entradas «Axiomatic theories» por Patrick Suppes, «Economie theory and the hypotesis of rationality» por Kenneth Arrow, e «Neoclassical» por Tony Aspromourgos em *The New Paigrave: A Dictionary of Economics* (Nova lorque: Stockton Press, 1987).

⁴ Ver o belo estudo panorâmico de Clive Beed, «Philosophy of Science and Contemporary Economics», *Journal of Post-Keynesian Economics* 13, n.^o 4 (Verão de 1991), pp. 459-94.

⁵ Jack Hirshleifer, «The Expanding Domain of Economics», *Ainerican Economic Review* (Dezembro de 1985): p. 53; itálicos no original.

⁶ Hirshleifer, «Expanding Domam», p. 66; Gary Becker, *The Economie Approach to Human Behavior* (Chicago: University of Chicago Press, 1976), p. 8.

⁷ Ver «Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes», em *Cricicism and lthe Growth al Knowledge*, org. Imre Lakatos e Alan Musgrave (Nova lorque: Cambridge University Press, 1970). O adjetivo *progressivo* surge na explicação de Lakatos.

⁸ Para uma visão geral das dificuldades da «Teoria das escolhas», ver Amartya Sen, «Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory», *Philosophy and Public Affairs* 6, n.^o 4 (1977): pp. 317-44, e os ensaios de Sen. Alan Ryan e Tony Cramp em Guy Meeks (org.), *Thoughtful Economic Man* (Nova lorque: Cambridge University Press, 1991), bem como Amitai Etzioni. *The Moral Dimension: Toward a New Ecanomics* (Nova lorque: Free Press, 1988). Devo dar aqui conta de uma série de esforços admiráveis para escapar às vistas estreitas do neoclassicismo sem abandonar o colete-de-forças individualista deste, nomeadamente Robert H. Frank, *Passians Within Reason* (Nova lorque: Norton, 1988) e Richard R. Nelson e Sidney G. Winter, *An Evolutionary Theory of Ecanomic*

Change (Cambridge: Bellknap Press of Harvard University Press, 1982).

⁹ Há uma referência geral, mas surpreendentemente pouco se faz para explicar estes princípios definidores de sistemas. Procurei fazê-lo em *The Nature and Logic of Capitalism* (Nova Jorque: Norton, 1985).

¹⁰ A alteração nos níveis de abstracção é discutida em Edward J. Nell e Willi Semmler (orgs.), «Introduction», *Nicho/as Kaldor and Mainstream Economies* (Londres: Macmillan, 1991). Para uma discussão recente de tendências metodológicas, v. Jon D. Wisman e Joseph Rozansky, «The Methodology of Institutionalism Revisited», *Journal of Economic Issues* (Setembro de 1991).

¹¹ Joel Mokyr, *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1990). Sobre o enfoque distributivo da economia neoclássica, v. Vivian Walsh e Harvey Gram, *Classical and Neoclassical Theories of General Equilibrium* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1980), especialmente os caps. 5 e 8.

¹² Para um exemplo recente, v. Alice Amsden, Jacek Kochanowicz e Lance Taylor, *The Market Meets Its Match: Restructuring the Economies of Eastern Europe* (Cambridge: Harvard University Press, 1994).

¹³ Para uma apreciação igualmente cautelosa, v. Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes* (Nova Iorque: Pantheon, 1995).

¹⁴ Ver R. Heilbroner, «The Paradox of Progress», em Andrew S. Skinner e Thomas Wilson (orgs.), *Essays on Adam Smith* (Oxford: Clarendon Press, 1975).

¹⁵ Ver R. Heilbroner, «Analysis and Vision in the History of Modern Economic Thought», *Journal of Economic Literature* (Setembro de 1990).

¹⁶ Karl Marx e Friedrich Engels, *The German Ideology* (Nova Iorque: New York International, 1947), p. 22.

¹⁷ Adam Smith, *The Wealth of Nations* (Nova Iorque: Modern Library, 1937), p. 734. Ver também Robert Prasch, «The Ethics of Growth in Adam Smith's 'Wealth of Nations'», *History of Political Economy* 23, n.º 2 (Verão de 1991): pp. 337-51.